

ELEIÇÕES E PODER LOCAL NO SEGUNDO REINADO: LIBERAIS E CONSERVADORES NA FREGUESIA DE SÃO PAULO DA LAGOA VERMELHA/RS (1857-1872)

ELECCIONES Y PODER LOCAL EN EL SEGUNDO REINADO: LIBERALES Y CONSERVADORES EN LA PARROQUIA DE SÃO PAULO DA LAGOA VERMELHA/RS (1857-1872)

LOCAL POWER AND ELECTIONS IN THE SECOND REIGN: LIBERALS AND CONSERVATIVES IN THE PARISH OF SÃO PAULO DA LAGOA VERMELHA/RS (1857-1872)

Cláudio Júnior Daminiⁱ  

Resumo: O artigo aborda o poder local e as práticas políticas da elite proprietária na freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha (RS), desde sua criação em 1857 até as eleições de 1872. O objetivo é identificar a emergência e compreender a consolidação dos grupos de poder locais vinculados ao Partido Liberal e ao Partido Conservador através da análise das eleições de primeiro grau. A hipótese é a de que após a criação da freguesia deflagrou-se um conflito intra-elites visando a conquista do poder e consolidação de grupos políticos locais. A investigação foi realizada através da metodologia qualitativa utilizando documentos como atas de qualificação dos votantes da freguesia, de formação da mesa paroquial, da eleição e da apuração dos votos, além de jornais da época. O artigo conclui pela presença de práticas políticas típicas das eleições ao longo do Segundo Reinado, uma disputa pelo controle político da freguesia entre liberais e conservadores que transbordou os limites do território paroquial e a influência da Guerra do Paraguai para os resultados das eleições de 1869 e 1872.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Partidos Políticos; Rio Grande do Sul; Sistema Eleitoral do Império.

ⁱ Professor adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS, atua no bacharelado em Ciências Sociais Ciência Política da UNIPAMPA e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA (mestrado profissional).

Resumen: El artículo aborda el poder local y las prácticas políticas de la élite propietaria en la parroquia de São Paulo da Lagoa Vermelha (RS), desde su creación en 1857 hasta las elecciones de 1872. El objetivo es identificar el surgimiento y comprender la consolidación de los grupos de poder local vinculados al Partido Liberal y al Partido Conservador mediante el análisis de las elecciones de primer grado. La hipótesis es que, tras la creación de la parroquia, se desató un conflicto intraélite con el propósito de conquistar poder local y consolidar grupos políticos locales. La investigación se llevó a cabo con una metodología cualitativa, utilizando documentos como las actas de calificación de los electores de la parroquia, la formación de la junta parroquial, de la elección y del escrutinio de los votos, además de periódicos de la época. El artículo concluye señalando la presencia de prácticas políticas típicas de las elecciones durante el Segundo Reinado, una disputa por el control político de la parroquia entre liberales y conservadores que trascendió los límites del territorio parroquial y la influencia de la Guerra del Paraguay en los resultados de las elecciones de 1869 y 1872.

Palabras clave: Sistema Electoral del Imperio. Partidos Políticos. Rio Grande do Sul. Guerra del Paraguay.

Abstract: The article discusses local power and the political practices of the landowning elite in the parish of São Paulo da Lagoa Vermelha (RS), from its establishment in 1857 to the 1872 elections. The objective is to identify the emergence and understand the consolidation of local power groups associated with the Liberal Party and the Conservative Party through the analysis of first-level elections. The hypothesis is that after the establishment of the parish, an intra-elite conflict was ignited, aiming to conquer power and solidify local political groups. The research was conducted using qualitative methodology, utilizing documents such as voter qualification records for the parish, the formation of the parish council, election proceedings, and vote tallying, as well as newspapers from the time. The article concludes the presence of typical political practices of elections throughout the Second Reign, a contest for political control of the parish between liberals and conservatives that spilled beyond the boundaries of the parish territory, and the influence of the Paraguayan War on the results of the 1869 and 1872 elections.

Keywords: Imperial Electoral System. Political Parties. Rio Grande do Sul. Paraguayan War.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda o poder local e as práticas políticas da elite proprietária na freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha, então pertencente ao município de Santo Antonio da Patrulha, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde sua criação em 1857 até as eleições primárias de 1872. O objetivo é identificar a emergência e compreender a consolidação dos grupos de poder locais vinculados ao Partido Liberal e ao Partido Conservador através da análise das eleições de primeiro grau na freguesia.

A freguesia, que sediava uma paróquia da Igreja Católica com vigário, era o alicerce do complexo sistema eleitoral do Império. Estudar os processos de disputa de poder ao nível local, nesse sentido, torna-se fundamental para compreender como se estruturava o sistema político monárquico durante o Segundo Reinado.

A hipótese trabalhada é a de que após a criação da freguesia deflagrou-se um conflito intra-elites visando a conquista do poder e consolidação de grupos políticos locais, sendo possível visualizar esse conflito nos processos eleitorais que mobilizavam o eleitorado do distrito. A eleição de 1872, nesse ponto, seria representativa por envolver uma discussão na imprensa provincial entre protagonistas deste pleito (oficiais da Guarda Nacional) e por revelar práticas políticas mencionadas pela literatura especializada como típicas das eleições no Segundo Reinado.

A investigação foi realizada através da metodologia qualitativa utilizando, além da literatura especializada sobre competição política no Império, documentos como atas de qualificação dos votantes da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha, de formação da mesa paroquial, da eleição e da apuração dos votos. Jornais da época, em particular O Constitucional, de viés conservador, foram acessados para coletar dados acerca das eleições locais e também de sua dimensão provincial.

Além desta Introdução, o artigo está dividido em cinco partes básicas. A primeira delas aborda o plano executado pela elite política do povoado de São Paulo da Lagoa Vermelha para desvincular-se da influência da vila de Vacaria. A segunda explora as características peculiares da nova freguesia e as vantagens auferidas pela elite política lagoense com a criação do distrito. Na terceira parte são apresentados os resultados eleitorais das disputas primárias na freguesia de 1860 a 1869, apontando suas dinâmicas, identificando a existência de partidos políticos e expondo as práticas políticas da época. A quarta parte analisa as eleições de agosto de 1872,

marcadas pelo regresso dos guardas nacionais que estavam na campanha militar do Paraguai, pela derrota do Partido Conservador e consolidação, em Lagoa Vermelha e na Província, do Partido Liberal como principal força política. Aborda-se, ainda nessa parte, o conflito público entre as elites locais que ganhou espaço nas páginas do jornal O Constitucional. Por fim, são tecidas considerações sobre os assuntos abordados ao longo do artigo e as conclusões da pesquisa.

UMA NOVA ELITE LOCAL

Em 23 de fevereiro de 1853, o capitão da Guarda Nacional Manoel Thomaz Gonçalves, exercendo o cargo de presidente da Câmara de Vereadores de Vacaria, remeteu correspondência ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul com a proposta de criação de dois novos distritos no território do município (Ferreira, 2002). Um deles era a capela de São Paulo da Lagoa Vermelha.

A alteração de capela para distrito seria em um *upgrade* para os moradores da região porque junto com ele deveria ser instituída uma freguesia. Conforme Paniagua (2012), a freguesia conformava um recorte eclesiástico a partir do estabelecimento de uma paróquia com vigário católico, *locus* do exercício do poder local ao longo do Império. O sistema eleitoral monárquico tinha como fundamento a paróquia eleitoral, a ela também se vinculando o exercício do poder civil e judiciário primário através da eleição do juiz de paz e seus suplentes (Faoro, 2012).

Ferreira (2002, p. 80) demonstra, no entanto, que o plano do presidente da Câmara de Vacaria transbordava ao desejo de criação de uma freguesia em honra a São Paulo. Ele buscava ir além, precisamente “transferir a administração municipal para a povoação lagoense”. Na Assembleia da Província, no dia 10 de outubro de 1854, foi apresentado o projeto de lei número 10 que previa a elevação da capela de São Paulo da Lagoa Vermelha à condição de freguesia (Tribuna Rio-Grandense, 13-10-1854). O projeto é aprovado, porém o presidente da Província não sancionou a lei, gerando protestos na sessão de 11 de dezembro (Tribuna Rio-Grandense, 18-01-1855).

No momento em que os demais membros da elite vacariana representada na Câmara de Vereadores tomaram ciência dos verdadeiros objetivos do capitão Manoel, o conflito político se instalou e como consequência ele perdeu o apoio da maioria dos edis (Ferreira, 2002). A

partir de então surgiram dois grupos políticos na classe dirigente e proprietária: o primeiro, liderado pelo vereador e capitão da Guarda Nacional Theodoro de Souza Duarte, de sobrenome tradicional e descendente dos primeiros proprietários da Vacaria, passou a combater a ideia de transferência da sede da vila para Lagoa Vermelha, colocando-se em defesa de Vacaria; o segundo grupo, por sua vez, era representado pelo capitão Manoel Thomaz Gonçalves que busca projetar seu poder e influência sobre uma região de povoamento recente constituindo. Encontra-se aqui o nascimento da histórica rivalidade entre os dois municípios e que ainda hoje encontra-se arraigado no imaginário e cultura de parcelas destas populações.

No plano de fundo, conforme destaca Ferreira (2002), ao examinar as muitas correspondências do capitão Manoel, estavam seus interesses pessoais como proprietário, político e oficial da Guarda Nacional. Tratava-se, pois, da tentativa de projetar seu poder pessoal sobre uma região ainda em processo de povoamento, sem representação política ou elites consolidadas, forjando um novo polo de poder nos Campos de Cima da Serra. Era a primeira tentativa da elite nascente da Lagoa Vermelha de projetar seu poder sobre a região, diminuindo sua dependência do município de Vacaria. Ressalte-se, ao mesmo tempo, que a iniciativa vinha de um membro da classe dirigente vacariana. A hipótese colocada por Ferreira (2002, p. 91), no entanto, é a de que o Manoel nutria uma maior identificação com Lagoa Vermelha, já que morava na povoação, possuía terras nas imediações e assim já gozava de “considerável prestígio pessoal”.

Manoel Thomaz fora um dos pioneiros de Lagoa Vermelha. A historiografia local assinala que o capitão da Guarda Nacional José Ferreira Bueno, da Lapa, teria sido o fundador da capela em razão da doação que ele fez das terras que compreendiam o núcleo povoador inicial (Barbosa, 1981; Moraes, 1977). Segundo o testemunho de Antônio do Amaral Gurgel, de 83 anos, em processo de 1884 referente à doação do terreno para a constituição do povoado, Bueno realizou diversos convites a conhecidos para realizarem a fundação, em 1844, de um novo núcleo populacional, e entre os que aceitaram seu convite estava o capitão Manoel Thomaz Gonçalves (Branco, 2002, p. 43).

Conforme Barbosa (1981), José Ferreira Bueno não permaneceu vivendo no novo povoado criado, retornando à Lapa anos depois. O capitão Manoel Thomaz, ao contrário, fincou raízes na capela e, menos de uma década depois. Castellano (2002, p. 165) informa que Manoel Thomaz era cunhado de José Ferreira Bueno e proprietário de fazenda na região do rio Turvo, a antiga Fazenda da Roseira.

Em fevereiro de 1856, com Lagoa Vermelha na simples condição de capela, Manoel Thomaz exercia a presidência da Câmara de Vacaria e enviou ao presidente da Província correspondência reafirmando a necessidade de criação do distrito de São Paulo e indicando, na mesma missiva, nomes para o preenchimento dos futuros cargos da freguesia ainda inexistente:

A Câmara municipal se antecipa a oferecer a indicação inclusa das pessoas que mais no caso estão de serem Subdelegados naquele novo distrito: Para Delegado: Manoel Bento da Costa, suplentes: 1º - Ignácio Bueno Candeia, 2º - Francisco do Amaral Toledo, 3º - Baltasar Mariano Pimentel, 4º - Pedro Vieira Gonçalves, 5º - Claro José da Lima, 6º - Luís Pessoa da Silva. (in Ferreira, 2002, p. 56).

Encontram-se, nessa lista, outros adeptos do “partido da Lagoa Vermelha” e que constituíam a sua rede primária de influências na capela. A indicação de nomes, mesmo sem a existência formal de cargos, indicava que o capitão Manoel Thomaz possuía uma clientela a ser contemplada com nacos de poder. Com a provável criação da freguesia, e o domínio inicial da subdelegacia pelo seu grupo político, o capitão poderia entregar a aliados posições de mando sobre o território, criando uma elite lagoense em boa parte independente das elites vacarianas. Ressalte-se que existia em 1850 um total de 406 moradores na capela, incluindo escravos (BARROSO, 1993), configurando um nicho eleitoral a ser conquistado e cultivado.

Eis que em janeiro de 1857 algo inesperado acontece: a Assembleia Provincial aprovou a lei número 337 que removia para a capela de São Paulo da Lagoa Vermelha, a partir de então chamada de vila, a sede do município de Vacaria. Esse episódio ficou conhecido como o “desvilamento” de Vacaria e consistia no “coroamento das artimanhas políticas de Manoel Thomaz Gonçalves” (Ferreira, 2002, p. 92). A reação das elites vacarianas, lideradas pelo presidente da Câmara de Vereadores José Luís Teixeira e pelo vereador Theodoro de Souza Duarte, foi imediata. Os edis enviaram protestos ao presidente da Província e passaram a trabalhar contra a execução da medida.

Ferreira (2002) demonstrou a existência de uma articulação entre as elites locais e provinciais. Os argumentos expostos por Manoel Thomaz e favoráveis a Lagoa Vermelha, e por Theodoro de Souza e José Luis Teixeira, contrários à perda de posição de Vacaria, foram reproduzidos, na Assembleia Provincial, com grande similaridade pelos deputados Antonio José de Moraes Junior (pró-Lagoa Vermelha), considerado um parlamentar independente, e Antonio Angelo Cristiano Fioravante (pró-Vacaria), representante do Partido Liberal.

Um texto publicado em agosto de 1857 pelo correspondente em Porto Alegre do Diário do Rio de Janeiro insere elementos para uma melhor compreensão da decisão de desvileamento de Vacaria. O correspondente acusa Luís Alves Leite de Oliveira Belo, ex-presidente da Província e “chefe do partido *saquarema exaltado*”, ou seja, do Partido Conservador, como o responsável (Diário do Rio de Janeiro, 29-08-1857). Em 1857 ele era deputado geral e acumulava outros cargos como de chefe de polícia e juiz de direito e exercia uma influência junto à província comandada por seu correligionário Patrício Correia da Câmara.

Uma das reafirmações do poder de Oliveira Bello seria exemplificada na mudança da sede de Vacaria, conforme publicado na imprensa da Corte: “Lembre-se do fato da Vacaria, cuja sede mudou, nesta última sessão da assembleia, para a Lagoa Vermelha, somente para vingar-se do Sr. tenente-coronel José Luiz e seus companheiros eleitores” (Diário do Rio de Janeiro, 29-08-1857).

O rebaixamento de Vacaria, assim, teria sido forjado a partir da estruturação de uma ampla articulação local com um ator conservador que na província de São Pedro buscava do ponto de vista político “estabelecer o predomínio de sua família, e nos lugares em que não tem membros dela, o de sua facção” (Diário do Rio de Janeiro, 29-08-1857). Oliveira Bello teria sido o grande artífice da votação na Assembleia Provincial, pois seu presidente até 23 de fevereiro de 1857, e sua sanção por seu aliado na presidência da Província. Seria, de um lado, uma penalização política ao vereador José Luís Teixeira, presidente da Câmara de Vacaria, por apoiar um político do Partido Liberal como era o Barão de Porto Alegre, e de outro a oportunidade de beneficiar um novo grupo político - aquele liderado pelo capitão Manoel Thomaz - em uma povoação que aumentava de tamanho e, portanto, poderia se transformar em esteio eleitoral para os conservadores.

No seu relatório entregue em outubro de 1857 na ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, o vice-presidente Patrício Correia da Câmara informava que “não tem sido possível até hoje” a transferência da sede municipal para a vila da Lagoa Vermelha “pelos muitos inconvenientes que se tem apresentado” (Relatório, 1857, p. 15). A solução para esse impasse foi dada pela Assembleia ao extinguir, em novembro de 1857, o município e submeter as freguesias de Vacaria e Lagoa Vermelha ao município de Santo Antônio da Patrulha (Ferreira, 2002). Vacaria, que havia conquistado a emancipação de Santo Antônio em 1850, retrocede para a condição de distrito. E Lagoa Vermelha deixou de ser vila, passando a ser distrito. Os planos do capitão Manoel Thomaz Gonçalves não se concretizaram

conforme o planejado, porém ele conseguiu consolidar-se, com sua atuação em defesa da autonomia de Lagoa Vermelha, como um prestigiado chefe político local e erodir o poder da elite vacariana.

UMA FREGUESIA PARA A ELITE LAGOENSE

A elevação da capela de São Paulo da Lagoa Vermelha à condição de freguesia passaria a conferir muitas vantagens àqueles que articulavam, há anos, uma autonomia em relação a Vacaria. Tratam-se de empregos públicos, posições de poder e influência que iriam incidir para a criação de uma elite lagoense que iria competir internamente por esses recursos (Carvalho, 2008). Em 1859, segundo relatório do governo da província, já estava criada a subdelegacia e o distrito de paz formado por onze quarteirões (Relatório, 1859). Parte-se aqui do pressuposto, segundo a teoria das elites, que o exercício da política “está fadado à formação de pequenos grupos que subordinam a maior parte da população” (Hollanda, 2011, p. 10).

Havia também a consequente criação de um distrito de paz, comandado por um juiz eleito (Nicolau, 2012). O juiz de paz era a principal autoridade da freguesia possuindo, ao longo de sua existência no Império, “ampla jurisdição no cível, no crime e no político” (Castellano, 2002, p. 134). Em freguesias como a de Lagoa Vermelha, distante da sede municipal, o juiz de paz era o representante do poder civil a quem caberia distribuir justiça e ordem. A primeira menção a um juiz de paz local é encontrada em uma ata de formação da mesa paroquial de dezembro de 1860. Nela consta o nome de João Telles da Silva como o juiz de paz mais votado do distrito (Ata, 30-12-1860). Tratava-se de um pioneiro que foi convidado por Manoel Thomaz Gonçalves para escolher o local de fundação do povoado (Branco, 2002).

Do ponto de vista religioso, no final de 1858 chegaria até o distrito para assumir como vigário da igreja matriz o padre português Bernardo Barbosa de Andrade Pinto Brandão (Barbosa, 1981). O regime monárquico possuía ligações estreitas com a Igreja Católica, cuja influência também se fazia presente ao nível local através da figura dos reverendos que comandavam as paróquias e que tiveram, por algum tempo, assento cativo na mesa paroquial (Faoro, 2012). O padre Bernardo Barbosa ficou na freguesia por quase quinze anos, sendo um militante do Partido Conservador.

A freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha também se destaca por ter sediado, ainda na década de 1850, tentativas de aldeamento, um tipo de controle social, em relação aos

indígenas das parcialidades caingangues que habitavam a região da costa do rio Pelotas/Uruguai e o chamado Mato Português (Vanin; Tedesco, 2018). Uma dessas iniciativas foi o Aldeamento de Santa Izabel, em funcionamento a partir de 1859, e cujo primeiro diretor nomeado foi o tenente-coronel Alberto Marques Berthier, figura liberal proeminente nas eleições de 1872.

Limítrofe ao Aldeamento de Santa Izabel também em 1859 foi estabelecida a Colônia Militar de Caseros, no Mato Português. Tratava-se de uma iniciativa do governo imperial para a distribuição de lotes a militares com objetivo de povoamento, segurança regional e cultivo do solo através da agricultura, além do controle social dos indígenas (Tedesco; Vanin, 2018).

A freguesia também se distinguia em razão de ser a sede da fazenda do comandante da Guarda Nacional da comarca de Santo Antônio da Patrulha. Força auxiliar do Exército, a Guarda Nacional, na acepção dada por Mugge (2018, p. 126), foi a “espinha dorsal do sistema militar brasileiro”, sendo largamente utilizada para a defesa interna e externa. Nos primeiros meses de 1859 o major Francisco Ignácio Ferreira foi nomeado, por decreto imperial, “coronel comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Santo Antônio da Patrulha”, título e cargo que carregaria até sua morte em 1878 (Correio Mercantil, 16-03-1859).

Seguindo os padrões encontrados por Mugge (2013) em relação aos comandantes superiores das comarcas gaúchas, o coronel Ferreira, migrante de Castro (PR), era proprietário da extensa Fazenda Santa Izabel, na região do Pontão. Tratava-se de um representante imperial ao nível regional, respeitando-se a divisão dos comandos superiores da Guarda Nacional. Era o coronel Ferreira o responsável por recrutar, organizar e mobilizar os oficiais e soldados da Guarda Nacional. A presença de um comandante superior na freguesia, e não na sede municipal realçava a peculiaridade de Lagoa Vermelha. O comandante superior, por exemplo, possuía a prerrogativa de recomendar ao Imperador a promoção de algum oficial, daí derivando que em torno dele se agrupariam grupos de influência que seriam decisivos ao tempo das eleições locais (Carvalho, 1997). Eles, ao mesmo tempo, distribuíam justiça, polícia e ordem segundo práticas patrimonialistas e de distribuição de privilégios a correligionários (Graham, 1997).

A freguesia encontrava-se, assim, já em fins de 1859, dotada de vigário paroquial, corpo policial, juiz de paz, subdelegado e oficiais da Guarda Nacional, incluindo o coronel comandante da comarca. Estava, pois, apta a integrar-se ao sistema eleitoral do Império que se estruturava a partir das paróquias. Nasce, a partir de então, a disputa local entre a elite lagoense.

AS ELEIÇÕES NA FREGUESIA

Pleitos eleitorais foram recorrentes no período monárquico, e em particular durante o Segundo Reinado (1840-1889) (Carvalho, 2008). O sistema eleitoral utilizado foi institucionalizado com a lei de 19 de agosto de 1846, sofrendo alterações em 1855 e 1860 (Ferreira, 2001). As eleições para a composição de vagas nas Assembleias Legislativas Provinciais, Câmara dos Deputados e Senado eram realizadas em dois graus (Souza, 1979). No primeiro, cidadãos devidamente registrados e qualificados para exercer o sufrágio elegiam os chamados eleitores de segundo grau que, por sua vez, participavam do colégio eleitoral que elegeeria os parlamentares estaduais e nacionais. O sistema era de voto indireto para a eleição dos representantes dos cidadãos (Nicolau, 2012). Na acepção dada por Barretto (1989, p. 86), esse sistema eleitoral “mostrava a existência, na base da sociedade política, de forças políticas, econômicas e sociais suficientemente importantes para se fazerem presentes com suas características próprias no cenário nacional”.

No artigo abordamos as eleições primárias, pois elas estruturavam toda a dinâmica político-partidária. As freguesias detinham um certo número de delegados ao colégio eleitoral regional ou estadual, os chamados “eleitores”, que conformavam a elite política local dominante e estavam legitimados pelo voto direto das populações locais. A conquista dos eleitores de segundo grau exibiu o poder das chefias políticas e partidárias locais e sinalizava para o domínio de um ou outro grupo naquela paróquia.

Antes da eleição de primeiro grau existia um outro procedimento obrigatório: a qualificação dos votantes. Tratava-se de um processo de construção da lista dos homens que participariam das eleições primárias como votantes. Esse trabalho era realizado por uma junta de qualificação, cujos membros eram soberanos para determinar quem entra ou sai da lista. Assim, se um grupo político dominasse a junta de qualificação ele poderia realizar manobras nas listas com o fito de privilegiar os seus correligionários. As fraudes, com edições da lista de qualificação, alterações de nomes e, durante a eleição, o “remédio heroico do desaparecimento do livro” exemplificam o cotidiano de fraudes e irregularidades (Souza, 1974, p. 28).

O primeiro procedimento de qualificação em Lagoa Vermelha ocorreu no ano de 1858 e anotou-se 357 votantes na eleição primária; no ano seguinte foi realizada outra qualificação perfazendo 354 eleitores. Para esse número de votantes aptos a freguesia contribuía com 3 eleitores de segundo grau. A primeira eleição primária na freguesia ocorreu no final de dezembro de 1860, já sob as regras da nova lei eleitoral de agosto do mesmo ano. O texto não

revogava os dispositivos do código de 1846, mantinha o sistema indireto de votação dos representantes, porém estabelecia que “as províncias do Império serão divididas em distritos de três deputados cada um” (Ferreira, 2001). A nova lei eleitoral de 1855 havia criado um sistema de distrital uninominal, porém o decreto de 1860 criou distritos plurinominais em que os mais votados para a Câmara dos Deputados seriam os eleitos. Essa mesma regra de círculos eleitorais plurinominais aplicava-se aos deputados provinciais.

As eleições primárias deveriam, por determinação legal, ser realizadas na igreja matriz das freguesias. Foi por essa razão, ou seja, pela necessidade de ter uma igreja minimamente capaz de sediar um evento tão importante que, em 1854, os moradores da capela realizaram uma reforma na igreja primitiva do povoado. Paniagua (2012, p. 79) destaca que “a igreja apresentava-se como instituição legitimadora das eleições” e que “procurava, a partir do seu ambiente, com a presença do pároco, imprimir uma conotação sagrada e desarmar os espíritos”, mesmo que isso não evitasse a violência e as fraudes. A legislação também determinava que antes do início das eleições primárias fossem celebrados ritos religiosos, dentre os quais a celebração de uma missa.

No dia 30 de dezembro de 1860, após o ato litúrgico, deu-se a formação da mesa paroquial, etapa necessária para a efetivação da eleição (Ata, 30-12-1860). As regras determinavam que ao juiz de paz mais votado caberia a presidência da mesa, posição que foi ocupada por João Telles da Silva. Houve uma votação para selecionar os demais membros da mesa paroquial, revelando-se um domínio completo do grupo de Manoel Thomaz que foi o mais votado com 124 votos, seguido por três nomes que ele havia indicado, em 1856, como subdelegados de polícia quando fosse criada a freguesia.

Conforme Souza (1979, p. 29), para uma “parcialidade local” vencer a eleição era preciso “ter do seu lado a mesa que preside os trabalhos eleitorais”. Isso porque a mesa possuía “a última palavra sobre a identidade do votante”, de modo que poderia negar o voto a um eleitor qualificado legítimo por não o reconhecer propositadamente. O fato de não existir qualquer espécie de título de eleitor proporcionava essa oportunidade para a fraude nas primárias.

A ata da apuração da eleição não registra qualquer intercorrência na eleição, o que pouco significava em termos do que realmente acontecera na eleição. Era prática comum a alteração das atas, as “atas arrançadas”, que ensejaram a expressão “bico de pena” porque os documentos oficiais não refletiam as irregularidades eventualmente existentes (Souza, 1979).

Dezenove cidadãos aptos a serem escolhidos eleitores do colégio eleitoral receberam votos na eleição de primeiro grau em 1860 (Ata, 31-12-1860). Cada votante poderia entregar sua cédula eleitoral com até quatro nomes, exatamente o número de vagas dos eleitores a serem escolhidos. Os resultados desta eleição não surpreendem. O eleitor mais votado foi o coronel Ferreira (217 votos), comandante da guarda nacional, seguido pelo capitão, também da Guarda Nacional, Claro José de Lima (195), secundados por Francisco Pereira de Souza (175) e pelo capitão Manoel Bento da Costa (165) indicado em 1856 por Manoel Thomaz para assumir a subdelegacia de polícia da freguesia.

A soma de todos os candidatos nas cédulas entregues à mesa paroquial perfaz 1060, não por acaso um número múltiplo de quatro. Da divisão podemos concluir que 265 votantes participaram da eleição, o que, quando cotejado com o número de eleitores qualificados, indica uma participação eleitoral de 58%. O coronel Ferreira, mais votado, recebeu, nesse cálculo, 82% dos votos dos que participaram da eleição, ou 58% quando considerado o total do eleitorado apto a votar. Sua liderança política era incontestável, presumindo-se que fazia parte também do grupo de Manoel Thomaz, senão sendo uma liderança ainda mais influente que o capitão, conforme revelarão os resultados das próximas eleições.

A lei de 1860 dividiu o estado em dois distritos eleitorais. O 1º círculo incluía, dentre outros municípios Antonio da Patrulha; já o 2º estava Passo Fundo (Noll; Trindade, 2004). Interessante notar que a freguesia de Lagoa Vermelha aparece nos documentos oficiais do governo como vinculada ora ao 1º, ora ao 2º distrito. Piccolo (1974), em seu estudo sobre a política gaúcha durante o Segundo Reinado, destaca que o Partido Liberal tinha como bastião eleitoral o 2º distrito. Na eleição que escolheu os deputados gerais para a legislatura de 1861-1864, os três candidatos do partido no círculo foram eleitos (Osório, 1915). No 1º distrito, por sua vez, elegeram-se deputados conservadores.

Na trajetória dos partidos políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul cabe pontuar alguns acontecimentos para que possamos compreender as disputas entre liberais e conservadores. Em 1852 ocorreu uma fusão entre os partidos conservador e liberal, compondo o que se denominou de a “Liga”. Nesse processo, não houve uma adesão completa dos membros dessas legendas, conformando-se um outro movimento com a formação, ainda em 1852, da “Contraliga”, liderada por Oliveira Bello e o Barão de Porto Alegre (Noll; Trindade, 2004). Piccolo (1974) assinala que na Contraliga reside a origem do Partido Liberal-Progressista, antecipando em uma década o surgimento, no Rio de Janeiro, da Liga Progressista. Mesmo que

formado por um conjunto heterogêneo de lideranças, os liberais progressistas defendiam “a descentralização administrativa dentro de um unitarismo político” e “concordavam na necessidade de reformas que reputavam de liberais” (Picollo, 1974, p. 24). Os conservadores, por sua vez, buscavam maior centralização administrativa e capacidade do exercício do poder do Imperador (Franco, 1980).

Surge, no entanto, uma contestação a essa “diluição partidária”, na expressão de Picollo (1974, p. 25), organizada por Félix da Cunha. Ela se dará com a tentativa de reorganização do Partido Liberal com característica histórica e radical. A ele se juntariam dissidentes de viés liberal do Partido Liberal Progressista. Em junho de 1863 é lançado um manifesto do partido (Pesavento, 1996). Nas eleições primárias de agosto de 1863 para a eleição de membros do colégio eleitoral para as vagas na Câmara dos Deputados, a imprensa noticiava a disputa entre liberais, também chamados de liberais-progressistas, contra conservadores. Segundo o Correio Mercantil, “os liberais progressistas do Rio Grande do Sul responderam ao apelo nacional” e no 1º distrito eleitoral, que à época estava vinculada a freguesia lagoense, “falaram as urnas” com resultados amplamente favoráveis aos liberais (Correio Mercantil, 26-08-1863). Em Lagoa Vermelha, assinalava o jornal, “nem tinham organizado chapa os conservadores”.

As atas da formação da mesa paroquial, chamamento de votantes e apuração dos votos novamente nada mencionam sobre problemas, intranquilidade na ordem ou irregularidades. Como de praxe, a mesa paroquial foi presidida por Manoel Bento da Costa, juiz de paz mais votado, tendo como mesários pessoas próximas ao grupo de Manoel Thomaz (Ata, 09-08-1863). Dois dos eleitores de segundo grau de 1860, coronel Ferreira e Francisco Pereira de Souza, por estarem em viagem fora da Província não participaram da eleição. Essas ausências iriam repercutir na substituição de nomes dos eleitos.

O eleitor mais votado foi o tenente da Guarda Nacional Tristão José de Almeida com 143 votos, seguido por Bento Manoel da Costa, juiz de paz e presidente da mesa paroquial com 137 e capitão Claro José de Lima com 123 votos, ambos já eleitores em 1860, e o alferes José Barreto do Amaral Fontoura com 113 votos (Ata, 11-08-1863). Tratava-se da chapa dos liberais, notando-se novamente coordenação entre os votantes para a assegurar a vitória destes quatro nomes. Mesmo ausente, o coronel Ferreira recebeu 25 votos, mesmo cedendo seu lugar na lista para Tristão. Os dois possuíam terras na região do Pontão e, conforme Barbosa (1981), o coronel Ferreira teve como filho de criação João Anselmo Ferreira, um dos tantos filhos do tenente Tristão.

Votaram nas primárias 246 homens, 54% do total de eleitores qualificados. Tristão recebeu, entre os que compareceram à votação, 58% de apoio. Em posições inferiores da lista é possível identificar, pela primeira vez, nomes vinculados ao Partido Conservador da freguesia. O capitão José Jacintho Ferreira restou na sexta posição com 87 votos e o tenente João Soares de Barros acabou a eleição em oitavo lugar com apenas 60 sufrágios. João Soares de Barros, segundo a biografia escrita por seu filho, era proveniente de Itu, São Paulo, por problemas com seu padrasto fugiu para a Lapa e foi um dos paulistas que fundou o povoado da Lagoa Vermelha, onde estabeleceu uma casa comercial (Castellano, 2002).

O processo de qualificação de votantes da paróquia realizado em janeiro de 1865 significará uma inflexão na política lagoense. No nível macro, a Guerra do Paraguai será a principal variável explicativa para essa alteração cuja consequência seria o fortalecimento do Partido Conservador local. Esse conflito demandará os serviços dos comandantes superiores da Guarda Nacional para a organização, mobilização e recrutamento de gaúchos para combater o ditador Solano Lopez (Doratioto, 2002).

Em março de 1865 a imprensa da Corte noticiava o aceite do oferecimento feito pelo coronel Ferreira, “para servir gratuitamente em defesa do império, promover nos distritos de seu comando o alistamento de voluntários e a reunião de guardas nacionais para os corpos do exército” (Correio Mercantil, 08-03-1865). Ele ainda havia oferecido um conto de réis “para as despesas da guerra” e “o donativo de 20 bestas muares” a serem entregues no Rio de Janeiro. Em setembro já estava constituído o “corpo provisório n. 33 da Lagoa Vermelha”, que “teve ordem para marchar a incorporar-se à 1ª brigada em São Borja (Jornal do Commercio 02-09-1865).

Em 15 de janeiro de 1865, alguns meses antes da partida dos guardas nacionais e voluntários para a guerra ocorreu uma nova qualificação dos votantes da paróquia. A ata desse evento é representativa da ausência das principais lideranças liberais da freguesia. A presidência da mesa paroquial precisou ser ocupada por Francisco Alves do Amaral Toledo, 2º juiz de paz, já que o 1º juiz de paz mais votado se encontrava ausente do distrito (Ata, 15-01-1865). Além disso, os quatro eleitores da freguesia, que deveriam compor a mesa, tampouco estavam presentes, “comparecendo unicamente o suplente tenente João Soares de Barros”, que fora apenas o oitavo mais votado na eleição primária anterior de 1863. O motivo registrado para a ausência era “por se acharem encarregados na reunião da Guarda Nacional, como oficiais dela, e de [se] acharem no acampamento”. No segundo dia da qualificação, 16 de janeiro, registra-

se, além da presença de João Soares de Barros, do tenente-coronel Alberto Marques de Almeida, o 5º suplente de juiz de paz que estava lá representando a turma dos quatro eleitores.

A qualificação, mesmo em um tempo de guerra e com a mobilização das elites locais, anotou um número maior de votantes do que anos anteriores. Os qualificados saltaram para 580 votantes e seriam decisivos para a tomada do controle da freguesia pelos conservadores na próxima eleição primária a ocorrer em 1869.

As eleições de primeiro grau do final de janeiro e início de fevereiro de 1869 iriam eleger os quatro eleitores de segundo grau que participariam da eleição indireta para vagas na Câmara dos Deputados e Senado. A presidência da mesa paroquial foi ocupada pelo tenente Claro José de Lima, juiz de paz mais votado que em 1865 não participou do processo de qualificação dos eleitores por estar no esforço de guerra (Ata, 30-01-1869). Entre os mesários, por sua vez, também havia lideranças liberais como Ignácio Bueno Candeia e Joaquim Dias de Moraes, além do tenente João Soares de Barros, representante dos conservadores.

Foram recebidas 266 cédulas, indicando uma participação eleitoral de 46%, bem inferior ao comparecimento dos outros pleitos (Ata, 01-02-1869). Tratava-se de mais um sinal de que a eleição era atípica porque muitos moradores da freguesia ainda se encontravam em campo de batalha. O resultado, diante da falta de controle do processo de qualificação dos eleitores e de uma mesa paroquial formada também com elementos conservadores foi uma fragorosa derrota do Partido Liberal na paróquia.

Para a eleição da Câmara dos Deputados o vigário Bernardo Barboza de Andrade Pinto Brandão, que acumulava o cargo de capelão da Colônia Militar de Caseros, foi o eleitor mais votado com 191 votos, o que perfaz 72% de apoio dos que compareceram para votar. O segundo mais votado foi o capitão Luciano José da Rosa, militar de carreira do Exército, natural de Cachoeira do Sul, e que desde 1865 exercia o cargo de diretor da Colônia Militar de Caseros. O terceiro mais votado, com 186 votos, foi o tenente João Jacintho Ferreira. Esses três nomes podem ser identificados como adeptos do programa do Partido Conservador. O quarto eleitor mais votado era o capitão Manoel Bento da Costa, que até este momento era identificado como liberal, mas que em razão de sua votação, 175 votos, pode-se lançar a hipótese de que tenha mudado de lado e participado da chapa dos conservadores. Pode, no entanto, ter sido o único liberal eleito. Infelizmente com os dados disponíveis não foi possível atestar a continuidade de sua filiação ao grupo do coronel Ferreira. A fraqueza dos liberais era exposta pela votação pífia

do tenente Claro José de Lima, 91 votos, legando a ele a primeira suplência. Na sexta colocação aparece outro liberal, o tenente-coronel Fidélis José Ramos com 81 votos

Na eleição dos quatro eleitores do colégio eleitoral para a escolha dos senadores o panorama era o mesmo. A amplitude do resultado dos eleitores é extremamente baixa, revelando novamente uma coordenação do eleitorado. João Jacintho Ferreira recebeu 187 votos, o padre Bernardo 181, João Soares de Barros 178 e o tenente Zeferino Salles de Bittencourt Silveira 171 votos. O nome liberal mais bem votado foi o tenente Claro com 89 votos, quase a metade do último eleitor eleito. Para completar o domínio conservador da freguesia, em 1869 o tenente João Soares de Barros, um dos chefes do partido, assumiu como juiz de paz mais votado (Castellano, 2002). Tudo, no entanto, mudaria com o regresso dos heróis que estavam no Paraguai.

1872: UMA ELEIÇÃO DEPOIS DA GUERRA

No dia 18 de agosto de 1872, após a celebração da missa do Espírito Santo na igreja matriz, iniciaram-se os trabalhos para a eleição dos 4 eleitores a que a freguesia tinha direito para deputados gerais e provinciais (Ata, 18-08-1872). Estavam qualificados como votantes 563 moradores da paróquia. A mesa eleitoral foi presidida por Claro José de Lima, que havia reconquistado seu cargo de juiz de paz mais votado. Os quatro mesários selecionados, por sua vez, também eram liberais.

As chamadas dos votantes ocorreram ao longo de três dias, sendo recebidas 475 cédulas subscritas. Isso significa que a taxa de comparecimento atingiu 84%. Os resultados apontaram para uma esmagadora vitória da chapa liberal com patamares de votos até então inéditos. O mais votado foi o tenente-coronel Alberto Marques de Almeida com 333 votos, seguido pelo coronel Ferreira com 328, capitão Claro José de Lima com 319 e tenente Tristão José de Almeida com 316 votos (Ata, 20-08-1872). A chapa conservadora, vitoriosa nas eleições primárias de 1869, desta vez apresentou baixa influência entre os votantes: o padre Bernardo atingiu 175 votos, sendo o quinto mais votado, seguido pelo capitão Luciano José da Rosa com 142, capitão João Soares de Barros com 133 e capitão João Jacintho Ferreira na oitava colocação com apenas 106 votos.

A eleição de 1872 na freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha possibilita, em razão da existência de outros documentos que apenas as atas, uma análise mais detalhada sobre como

foram obtidos os resultados observados. Esse pleito chegou, por exemplo, até as páginas da imprensa da capital da Província, na Reforma, órgão do Partido Liberal, e no Constitucional, vinculado ao Partido Conservador. Através das páginas desses jornais desnudam-se as práticas eleitorais da época, as estratégias das elites para manterem-se no poder e o conflito entre liberais e conservadores recheados de acusações do cometimento de crimes e condutas sociais reprimíveis para a sociedade de então. A eleição primária de 1872 havia transbordado para além da paróquia e os contendores iriam utilizar, na metáfora de Tedesco e Vanin (2018) para outro episódio, a pena como arma e também como escudo, emergindo assim conflitos que até então não estavam registrados em atas ou documentos burocráticos.

O Constitucional reproduz a 07 de setembro um texto enviado por um correligionário morador da freguesia com denúncias sobre a eleição primária. Ele escreve duas horas após a finalização da apuração dos votos e comunica um “resultado favorável aos liberais, e por consequência derrotados os nossos amigos, entre os quais o padre Bernardo, não obstante a influência e simpatias de que goza” (O Constitucional, 07-09-1872).

As irregularidades tinham sido muitas devidos aos liberais serem “senhores das posições oficiais” (O Constitucional, 07-09-1872). Em razão desse domínio prévio, “compuseram a mesa com pessoal exclusivamente seu”, o que permitiu com que cometessem “toda a sorte de excessos e tropelias”. “Fizeram votar às dezenas pessoas não qualificadas, zombando dos vivos protestos dos adversários, que não podiam conter os representantes de tão indigna e burlesca comédia”, registra. A chamada dos votantes, realizada por três dias seguidos, “foi feita por uma cópia da qualificação falsificada ou alterada”, havendo divergência com o edital da qualificação afixado na igreja matriz. Por fim, “o livro da qualificação ficou convenientemente *acautelado* em Santo Antonio [da Patrulha]” não sendo possível recorrer a qualquer listagem oficial para comprovar a falsificação da lista de votantes forjada pela mesa paroquial. Todas essas práticas eram comuns nas eleições primárias, conforme as descrições de Souza (1979) e Ferreira (2001) já referidas no artigo.

A derrota conservadora também teria se dado em razão da inação do capitão João Jacintho Ferreira, um dos eleitores de 1869. Encontrava-se ele longe da freguesia “faltando ao compromisso que contraíra com o padre Bernardo”. Seu comportamento é classificado como de “deslealdade ou antes traição” já que não mandara “vinte e tantos votantes, companheiros nossos, com os quais trabalha no Maratá” (O Constitucional, 07-09-1872). Em 1870 João Jacintho havia apresentado proposta ao governo Imperial para concluir a estrada do Maratá, e

nesse empreendimento estava trabalhando no segundo semestre de 1872. Ele havia recrutado trabalhadores na freguesia, enfraquecendo a capacidade de mobilização do eleitorado conservador. Seu “companheiro de negócios” era o capitão João Soares de Barros que em dezembro estava em Porto Alegre para informar que a estrada até a Vacaria “presta em quase toda a sua totalidade à rodagem” (O Constitucional, 08-12-1872).

A vitória dos liberais nas urnas não impediu que a Reforma reproduzisse, em sua edição de 6 de setembro, denúncias contra o comportamento irregular de conservadores na eleição paroquial. O relato, republicado pelo Constitucional, tem como foco o padre Bernardo Barboza considerado o chefe dos conservadores na freguesia e “digno representante do obscurantismo e da ignorância” (O Constitucional, 16-10-1872). A acusação era a de que o padre, que exercia também o cargo de capelão da Colônia Militar de Caseros, entrou na matriz no dia 18 de agosto “acompanhado de todas as praças, colonos e civis, e mais gente da colônia” e “pretenderam perturbar o serviço eleitoral por meio da algazarra e assuadas”. Houve, segundo o relato, a necessidade de intervenção da guarda municipal, formada por 5 soldados, que conseguiu dispersar o grupo. Lamentavelmente nesse movimento foi ferido mortalmente o policial de nome Candido Barbosa. Parece estar bem retratada a atuação dos “capangas de eleições”, tal qual descrito por Souza (1979, p. 31). Pagos, eles cumpriam a função de intimidar e atordoar os adversários e dar “coragem, força e energia aos partidários”.

As acusações de parte a parte reforçam a sentença de Fausto (2010, p. 98), para quem “conservadores e liberais utilizaram-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência em relação aos indecisos e aos adversários”.

A reação do padre Bernardo Barbosa às acusações foi a publicação, no jornal dos conservadores, de “atestados” assinados por lideranças liberais da freguesia que negavam a participação do religioso nos episódios narrados pela Reforma. Desses novos documentos publicados descobre-se que a confusão da eleição teria iniciado ainda na noite de 17 de agosto em frente à casa comercial de Salvador Rodrigues de Camargo, próximo à igreja, havendo uma “desavença” entre um grupo de pessoas, em estado de embriaguez, com a guarda local, sendo ferido o policial Cândido e o colono de nome João Tenório (O Constitucional, 16-10-1872). Conforme Souza (1979, p. 34), nas eleições locais do Império os grupos organizavam seus barracões próximo à igreja “onde se regalam a fartar os seus eleitores com as iguarias e bebidas de sua predileção”, embriagando os eleitores.

Claro José de Lima, presidente da assembleia paroquial, além dos mesários Luís Pessoa da Silva, Antonio Zeferino Moreira e Joaquim Dias de Moraes, todos liberais, negaram que o padre estivesse envolvido no episódio (O Constitucional, 16-10-1872). Ao contrário, ele teria realizado intervenção “para empregar seus bons ofícios para pacificar” a situação, conforme o tenente Claro.

A discussão pública sobre a eleição de agosto de 1872, no entanto, não pararia por aí e um “A Pedido” publicado no Constitucional em setembro iria transformar-se em um amplo conflito público com troca de acusações entre liberais e conservadores (O Constitucional, 21-09-1872). O texto era anônimo e prestava-se a atacar o conservador João Soares de Barros, derrotado na primária, e exaltar a figura do tenente-coronel Alberto Marques de Almeida, vitorioso no pleito.

O autor imputa a João Soares de Barros a execução de um plano “não há muito tempo” para promover a demissão do tenente-coronel Alberto do cargo de subdelegado de polícia. O capitão teria ido a Porto Alegre e munido de um antigo processo localizado em Castro, em que figurava o nome de Alberto ao tempo em que era suplente de juiz municipal, e conseguido a demissão do tenente-coronel. Tratava-se de uma estratégia para reduzir a influência política de Alberto no seio da freguesia e fortalecer a sua influência própria, ligado que era ao padre Bernardo e a João Jacintho, chefes do Partido Conservador. A demissão é tida como uma injustiça de João Soares contra Alberto e que “nunca foi reparada”. A eleição do tenente-coronel como o eleitor mais votado demonstrou, no entanto, a sua força vencendo “sem a influência proveniente do cargo de que foi demitido”, sendo esse um grande golpe em seu algoz (O Constitucional, 21-09-1872).

A resposta de João Soares de Barros veio através de um longo “A Pedido” publicado no Constitucional em janeiro de 1873. O texto inicia acusando o “bêbado Venâncio”, ligado a Alberto, de ser o autor do primeiro texto anônimo de setembro de 1872. E começa a atacar, sem muitas peias, o tenente-coronel, apresentando-o “em toda a sua nudez [...] tão nojenta criatura”, “o lazarento mais pustuloso que conhecemos” (O Constitucional, 10-01-1873).

A linguagem extremamente violenta não faz qualquer distinção entre críticas à trajetória profissional, burocrática e militar a ataques pessoais, utilizando argumentos *ad hominem*. João Soares de Barros, por exemplo, coloca em dúvida os títulos utilizados por Alberto, tais como o de advogado e de tenente-coronel da Guarda Nacional, informa que ele veio “fugido” do Paraná para Lagoa Vermelha e desembrolha episódios de seu passado recente. Um desses ataques

refere-se a sua função como diretor do Aldeamento de Santa Izabel, “uma das páginas mais negras de sua vida” que redundara na “sua demissão, e a dissolução do aldeamento” (O Constitucional, 10-01-1873). É apresentada também a denúncia de superfaturamento da venda de gêneros alimentícios como fornecedor do governo e o calote, no valor de 700 mil réis, que teria dado em José Narciso Monteiro.

João Soares de Barros também tece considerações sobre o resultado eleitoral de agosto de 1872. Seu objetivo é retirar qualquer mérito da vitória na liderança de Alberto e afastar-se de qualquer responsabilidade pela derrota do Partido Conservador. O capitão classifica Alberto como um “pesado fardo” para o coronel Ferreira e capitão Claro José de Lima, que deveriam estar “bem doloridas as [suas] costas” (O Constitucional, 10-01-1873). Os dois seriam as verdadeiras “influências” da freguesia porque “liberais que não se vendem”, porém teriam sido utilizados como degraus por Alberto para ser o eleitor mais votado.

João Soares de Barros nega que tenha havido “uma liga” entre ele, o padre Bernardo e João Jacintho, “que diz ele [Alberto] foram suplantados na eleição” (O Constitucional, 10-01-1873). A versão do conservador é a de que a chapa do partido ficou sob responsabilidade do reverendo e “só a ele deve a votação que obteve”. Ele e o capitão João Jacintho “abstiveram-se de trabalhar nas eleições” por estarem empenhados no trabalho da estrada do Maratá a duas dezenas de léguas de distância. O capelão de Caseiros, assim, “lutou com honra contra um comandante superior, um comandante de corpo, senhores das posições oficiais”, todos vinculados ao Partido Liberal. Não teria, sob essas condições, como fazer triunfar sua chapa.

As respostas ao conteúdo do artigo de João Soares de Barros foram publicadas, a partir de fevereiro de 1873, em várias edições do jornal e sob responsabilidade de Alberto Marques de Almeida. O tenente-coronel busca defender-se, ao mesmo tempo em ataca. Utiliza a pena como escudo e também como arma. Ele também nega que o texto anônimo tenha sido escrito por ele ou por Venâncio, chamado de “bêbado” por João Soares de Barros, e que seria mais uma vítima das calúnias de João Soares. O próprio Venâncio Antonio Coelho de Moraes Abreu, mesário na eleição de 1872, dignou-se a enviar ao jornal um texto rechaçando a autoria do “A Pedido” anônimo e solicitando que o redator do Constitucional se manifestasse se foi ele quem enviou, escreveu ou assinou o texto (O Constitucional, 12-02-1873). Ele assim agia porque “o cão leproso, coberto de lazeira” João de Barros “quis inculcar” que ele fora o autor do texto e precisava ser desmascarado publicamente. O jornal negou que tivesse sido Venâncio o autor.

Alberto defende-se da acusação de não ser legalmente tenente-coronel da Guarda Nacional. Antes, no entanto, de apresentar seus argumentos, parte para o ataque contra João Soares, que teria conquistado sua patente de tenente iludindo o Partido Liberal e de capitão ao iludir o Conservador “por um ato ilegal e nulo” (O Constitucional, 12-02-1873). Em relação a sua patente de tenente-coronel, Alberto Marques informa que já em 1858 “gozava das honras deste posto” e que em 21 de junho de 1865, “quando a pátria reclamava o concurso de seus filhos para sua desafronta com o tirano governador do Paraguai”, ele foi nomeado comandante de um corpo da Guarda Nacional com os galões de tenente-coronel. Alberto havia marchado com o coronel Ferreira para a guerra, ao contrário de João Soares de Barros, que ficou pela freguesia. Nesse período, escreveu o tenente-coronel, João “entregava-se à costumada lascívia própria de homem desocupado, intrigava, adulava” e através de “meios torpes conseguia a patente de capitão”.

João também é acusado de atos de corrupção como oficial da Guarda Nacional recebendo “dinheiro dos soldados para os dispensar dos serviços”, e também na condição de suplente do conselho de qualificação da milícia “recebe dinheiro para os passar para a lista da reserva” (O Constitucional, 13-02-1873). Tratava-se do caso de Tobias Vieira Gonçalves, que autorizou a publicação de um texto de sua autoria em que afirmava que João Soares o “extorquiu” em “dez mil réis, a pretexto de obter do conselho de qualificação a passagem para a reserva do serviço da guarda nacional, quando era, e é, isento por lei” (O Constitucional, 20-02-1873). Em agosto de 1872, durante a eleição, Tobias informava que o capitão “trabalhou, e até ameaçou-me para votar com ele”, caso contrário iria retornar à milícia, o que, segundo ele, “repeli com toda a dignidade sua ameaça, dizendo-lhe quanto me tinha custado a minha passagem para a reserva.”

As denúncias também chegam às raias da vida privada, como quando Alberto Marques classifica seu adversário como um mau pai de família sendo “impossível enumerar os seus desmandos, sua imoralidade e suas torpezas” (O Constitucional, 13-02-1873). Joaquim Antonio de Almeida Silva, outro liberal que permitirá a publicação de um atestado sobre os alegados péssimos antecedentes de João Soares de Barros, salientará sua imoralidade por ser público “que há poucos dias a meretriz Catharina de Mattos deu-lhe na cara com os chinelos, e o tocou porta fora” do seu estabelecimento (O Constitucional, 20-02-1873).

Alberto Marques de Almeida o acusa, ainda, de “estar fingindo ser advogado” e ter “praticado mais de trinta estelionatos, com má fé” (O Constitucional, 13-02-1873). Por

exemplo, Antonio de Oliveira Lemes, que também publica documento contra João Soares, chama-o de “perverso e caluniador, vadio alicantineiro e ladrão”, embasando essa sua opinião com alguns exemplos de cometimentos de crimes (O Constitucional, 20-02-1873). João, como rábula, teria forjado uma aliança com o subdelegado Manoel Thomé Batalha, seu cunhado, no sentido de inventar crimes contra proprietários da freguesia, passando a cobrar pelas suas defesas junto aos processos quase sempre inexistentes. O fazendeiro Antonio Cordeiro Matoso foi uma de suas tantas vítimas pois pagou 200 mil réis “para ser livre, como foi, em processo de sevícias imaginárias em uma escrava”.

João Soares de Barros teria aproveitado a ausência do coronel Ferreira, que estava na guerra, para ocupar o vácuo de poder na freguesia. Quando o comandante da Guarda Nacional regressou da guerra, “encontrou a influência legítima do Sr. João de Barros avassalando os distritos desta freguesia e da Vacaria”, escreve Alberto Marques (O Constitucional, 19-02-1873). O tenente coronel reconhece que não era um militante político ativo, mas que foi chamado pelo coronel Ferreira para participar das eleições de 1872, “não porque precisasse de outra influência além da sua, mas para livrá-lo das tricas e baixas cavilações do Sr. João de Barros”. Na explicação de Alberto Marques:

O coronel Ferreira, pois, entendeu, e não sei por que, que eu devia fazer parte das chapas de juiz de paz e de eleitor, cujas fui eu que organizei, e é notório que fui eu mesmo que dirigi as últimas eleições, pela confiança ilimitada que me tributa o mesmo coronel. (O Constitucional, 19-02-1873).

Note-se que há o reconhecimento aqui de que havia um processo de organização da chapa dos liberais, determinado pelo seu chefe unipessoal, coronel Ferreira. Ele possuía o poder para indicar nomes para serem os eleitores da eleição de segundo grau e também concorrerem nos pleitos para juiz de paz. No caso da eleição de agosto de 1872, as palavras de Alberto revelam que coube a ele a responsabilidade pela direção da campanha, o que significava mobilizar os eleitores qualificados e controlar a votação na igreja.

Alberto também reforça que não possuía “nenhum motivo para furtar votos de pessoa alguma e muito menos de companheiros”; ao contrário, escreve que seu irmão Tristão, o coronel Ferreira e ele surpreendentemente votaram “no padre Bernardo, com as nossas chapas assinadas, e muitos votantes nossos receberam as chapas da mão do próprio padre, que pôs seu nome com os nossos e é incapaz de negar” (O Constitucional, 19-02-1873).

Ressalte-se, nessa passagem, que em uma freguesia em que a taxa de analfabetismo, segundo o censo de 1872, era de 89% (Branco, 2002), e com a necessidade de que as cédulas eleitorais apresentassem até quatro nomes escritos, era imperativo que elas já chegassem preenchidas nas mãos do eleitor. Além disso, mesmo que o nome do reverendo Bernardo Barbosa, do Partido Conservador, estivesse em algumas cédulas de eleitores liberais, isso não foi capaz de resultar em sua vitória. A coordenação dos eleitores liberal foi mais efetiva, não deixando espaço para qualquer sucesso de candidato de outro campo político.

A derrota dos conservadores na freguesia da Lagoa Vermelha refletia um movimento mais amplo de crise desse partido na Província marcado por cisões internas. Picolo (1998, p. 57) assinala que desencontros internos passaram a existir a partir da entrada do grupo de liberais-progressistas no Partido Conservador, formando o bloco dos “lobos”, considerados conversadores “puros”, e dos “cordeiros”, antigos adeptos do progressismo. Assinala-se, ainda a nomeação, pelo gabinete de Rio Branco, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo para o cargo de presidente da Província de São Pedro, cargo que exercerá de outubro de 1871 a julho de 1872. Sem conseguir unir os conservadores, acabou ligando-se aos “cordeiros”, aprofundando a crise da agremiação.

Em um texto intitulado “Derrotas” e publicado em sua edição de 22 de agosto de 1872, o redator de O Constitucional realizou um balanço das eleições primárias nos distritos eleitorais da Província. Ele analisa que os liberais, antes divididos, conseguiram unir-se para a eleição, ao contrário dos conservadores contaminados por grupos dissidentes internos. E cita o Barão de Sertório, governante da Província de junho de 1869 a agosto de 1870, como o responsável pela “cisão conservadora”, já que contra a sua liderança dentro do partido haviam aberto dissidência alguns próceres conservadores (O Constitucional, 22-08-1872).

A derrota seria, igualmente, consequência da vitória das tropas brasileiras no Paraguai. Ela teria, de forma inegável, fortalecido as lideranças do Partido Liberal, “Os nomes rio-grandenses, que mais avultaram, figurando nessa guerra, distinguindo-se e colhendo louros, foram os liberais”, reconhece o redator (O Constitucional, 22-08-1872). As lideranças já vinculadas ao partido retornaram da campanha militar ao seu “solo natal” com “popularidade” e assim fortaleceram politicamente o grupo político que lideravam e cujo reflexo poderia ser testemunhado no “triunfo das chapas liberais” em agosto de 1872.

Reclamava-se, igualmente, da penetração de indivíduos liberais em postos chave na Província. Um dos exemplos era a Guarda Nacional, rotulada como “máquina eleitoral, cujas

molas cumpre serem destruídas”, cuja maioria dos comandos “estava, e ainda se acha, sujeita a chefes liberais!” (O Constitucional, 22-08-1872). As “repartições públicas” de Porto Alegre também seriam “viveiros” de liberais e republicanos.

Picolo (1974, p. 54) sublinha, por fim, que a derrota do Partido Conservador em 1872 fez com que o Partido Liberal se tornasse majoritário na Assembleia Provincial até a queda da monarquia em 1889, “provando que era realmente a mais forte agremiação política na província”. Em Lagoa Vermelha, a liderança dos liberais, após a morte do coronel Ferreira em 1878, passará para Tristão José de Almeida, pai do filho de criação do comandante da Guarda Nacional e até a última eleição do Império o partido conformará a maioria dos eleitores do município de Lagoa Vermelha, emancipado em 1881 (Damin, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou investigar o nascimento de uma elite política na freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha, abordou suas estratégias de conquista e manutenção de poder e os conflitos daí decorrentes. A hipótese de trabalho, que asseverava que houve uma disputa pelo poder local após a criação da paróquia, foi confirmada a partir da análise dos procedimentos eleitorais, dentre os quais a qualificação dos eleitores, formação da mesa eleitoral e apuração dos resultados de eleições primárias de 1860 a 1872.

Mostrou-se que os grupos políticos locais possuíam conexões mais amplas e para além dos limites territoriais da freguesia. Conforme apresentado, antes mesmo da criação da paróquia o grupo do capitão Manoel Thomaz Gonçalves tinha seus interesses representados na Assembleia provincial. Após a criação houve, também em razão da reorganização dos partidos políticos ao nível provincial, o alinhamento dos grupos locais aos partidos liberal e conservador. O longo debate que se desenvolveu no jornal O Constitucional em função das eleições de agosto de 1872 também indica que as elites da freguesia possuíam capacidade de expressar seus interesses em Porto Alegre, o centro político da província.

Na freguesia também se reproduziam práticas políticas típicas das eleições ao longo do Segundo Reinado. Liberais e conservadores acusavam-se mutuamente de irregularidades, fraudes e mesmo violência política. Havia um clima de beligerância, que é exposto no debate público entre o capitão João Soares de Barros e o tenente-coronel Alberto Marques de Almeida. Viu-se a importância do controle da qualificação dos eleitores para o sucesso eleitoral dos

grupos, assim como o domínio da mesa paroquial com membros de uma das parcialidades políticas.

Desnudou-se, além disso, as práticas profissionais da elite local. Abundaram denúncias de corrupção, abuso de poder, estelionato, superfaturamento, extorsão e outros crimes cometidos no passado recente, por exemplo, por João Soares e Alberto Marques. A vida privada também foi exposta, passando a fazer parte do debate público. Nomes da elite lagoense possuíam seus “esqueletos”.

Apontou-se, ainda, a influência da Guerra do Paraguai para a derrota dos liberais em 1869 não apenas em Lagoa Vermelha, mas também na província. A ida do coronel comandante da Guarda Nacional, coronel Ferreira, e de centenas de outros lagoenses, para o campo de batalha produziu um vácuo momentâneo de poder, que foi ocupado pelos conservadores locais liderados pelo vigário da matriz. Em 1872, no entanto, com o regresso dos voluntários, os conservadores foram fragorosamente derrotados e os liberais retomaram o domínio político da freguesia.

Por fim, espera-se que a investigação possa encorajar outros pesquisadores a analisar as eleições do Império sob a ótica do poder local através de estudos monográficos. As particularidades locais nos ajudam a acumular conhecimentos sobre o sistema político monárquico, ao mesmo tempo em que nos mostram a existência de complexa rede de poder ligando a classe proprietária das freguesias ao nível provincial e chegando até a Corte no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ATA. 1860. **Ata de apuração dos votos da eleição dos 4 eleitores da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha.** Lagoa Vermelha, 31-12-1860. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.

ATA. 1860. **Ata de formação da mesa paroquial de São Paulo da Lagoa Vermelha para eleger 4 eleitores.** Lagoa Vermelha, 30-12-1860. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.

ATA. 1863. **Ata de apuração dos votos da eleição dos 4 eleitores da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha.** Lagoa Vermelha, 11-08-1863. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.

ATA. 1863. **Ata de formação da mesa paroquial de São Paulo da Lagoa Vermelha para eleger 4 eleitores.** Lagoa Vermelha, 09-08-1863. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.

- ATA. 1865. **Ata da qualificação de votantes da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha.** Lagoa Vermelha, 15-01-1865. Disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- ATA. 1869. **Ata de apuração dos votos da eleição dos 4 eleitores da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha.** Lagoa Vermelha, 01-02-1869. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.
- ATA. 1869. **Ata de formação da mesa paroquial de São Paulo da Lagoa Vermelha para eleger 4 eleitores.** Lagoa Vermelha, 30-01-1869. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.
- ATA. 1872. **Ata de apuração dos votos da eleição dos 4 eleitores da paróquia de São Paulo da Lagoa Vermelha.** Lagoa Vermelha, 20-08-1872. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.
- ATA. 1872. **Ata de formação da mesa paroquial de São Paulo da Lagoa Vermelha para eleger 4 eleitores.** Lagoa Vermelha, 18-08-1872. Disponível no Museu Antropológico Caldas Junior, Santo Antônio da Patrulha.
- BARBOSA, F. D. **Nova História de Lagoa Vermelha.** Porto Alegre: EST, 1981.
- BARRETTO, V. Primórdios e ciclo imperial do liberalismo. In: BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político Brasileiro.** São Paulo: Itatiaia, 1989.
- BARROSO, V. L. M. Lagoa Vermelha – Distrito de Santo Antônio da Patrulha: crescimento e emancipação. In: **Raízes de Lagoa Vermelha.** Porto Alegre: EST, 1993.
- BRANCO, P. de M. **A região de Lagoa Vermelha: aspectos históricos.** Porto Alegre: EST, 2002.
- CARVALHO, J. M. de. 1997 Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40: p. 229-250.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem/Teatro de sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTELLANO, N. **Efemérides Vermelhenses: Notas para a História de Lagoa Vermelha.** Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2002.
- CORREIO MERCANTIL. 1851. **Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal.** Rio de Janeiro, 05-02-1851.
- CORREIO MERCANTIL. 1859. **Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal.** Rio de Janeiro, 16-03-1859.
- CORREIO MERCANTIL. 1863. **Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal.** Rio de Janeiro, 26-08-1863.
- CORREIO MERCANTIL. 1865. **Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal.** Rio de Janeiro, 08-03-1865.
- DAMIN, C. J. **1893, Sangue na Lagoa Vermelha: Episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2023.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1857. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 29-08-1857.

DORATIOTO, F. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, R. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2012.

FAUTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

FERREIRA, M. M. 2002. **Tramas de Poder: Disputas políticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1850-1880)**. Passo Fundo, RS. Dissertação de mestrado. Universidade de Passo Fundo. 2002.

FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2001.

FRANCO, A. A. de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLLANDA, C. B. de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JORNAL DO COMMERCIO. 1865. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 02-09-1865.

MORAES, D. D. de. **Vivendo e aprendendo: Lagoa Vermelha de tudo um pouco**. Lagoa Vermelha: Gráfica Lagoense, 1967.

MUGGE, M. H. 2013. A elite da guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873). In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. **Anais**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

MUGGE, M. H. Antes do mito: Soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). **Varia Historia**, v. 34, p. 123-164, 2018.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOLL, M. I.; TRINDADE, H. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

O CONSTITUCIONAL. 1872. **O Constitucional**. Porto Alegre. Edições de 07-09-1872, 08-12-1872, 16-10-1872, 21-09-1872 e 22-08-1872.

O CONSTITUCIONAL. 1873. **O Constitucional**. Porto Alegre. Edições de 10-01-1873, 12-02-1873, 13-02-1873, 18-02-1873, 19-02-1873 e 20-02-1873.

OSORIO, F. L. **História do general Osório**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & filhos, 1915.

PANIAGUA, E. R. M. 2012. **A construção da ordem fronteiriça: Grupo de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867)**. São Leopoldo, RS. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2012.

PESAVENTO, S. J. **Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul: A trajetória do Parlamento gaúcho**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

PICOLO, H. I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: IFCH/Governo do RS, 1974.

PICOLO, H. I. L. **Vida política no século 19**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

RELATÓRIO. 1857. **Relatório do vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Patrício Correa da Câmara**. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, p. 114.

RELATÓRIO. 1859. **Relatório com que o Exm. Sr. Cons. Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-pres. o Exm. Sr. Com. Patrício Correa da Câmara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. Cons. Joaquim Antão Fernandes Leão em 4 de maio de 1859**. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, p. 114.

RELATÓRIO. 1860. **Relatório apresentado à Assembleia Providencial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 9ª Legislatura pelo Cons. Joaquim Antão Fernandes Leão**. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, p. 141.

SILVA, I. de S.. **História de Capão Bonito do Sul: Nordeste do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Acervus, 2023.

SOUZA, F. B. S. de. 1979. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília, Senado Federal.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. **Entre a espada, a cruz e a enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)**. Erechim: All Print, 2018.

TRIBUNA RIO-GRANDENSE. 1854. **Tribuna Rio-Grandense**. Porto Alegre, 30-10-1854.

TRIBUNA RIO-GRANDENSE. 1855. **Tribuna Rio-Grandense**. Porto Alegre, 18-01-1855.